A ANTROPOLOGIA E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES

ANTHROPOLOGY AND TEACHER EDUCATION

Amurabi Oliveira
Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo

A formação de professores no Brasil é um campo em constante disputa, no qual alguns saberes são valorizados em detrimento de outros. Neste trabalho, buscamos debater sobre a contribuição da antropologia para a formação docente, tanto no nível teórico, a partir da discussão sobre a diversidade cultural no espaço escolar, quanto no nível prático por meio do desenvolvimento da pesquisa etnográfica. Afirmamos que o conhecimento produzido no campo antropológico mostra-se fundamental para a formação de professores, em especial, considerando a realidade brasileira, marcada por uma profunda diversidade e desigualdade sociocultural. Também problematizamos a formação daquele que leciona antropologia nos cursos de formação de professores, por compreendermos que tal profissional deva desenvolver sua docência articulada à produção do conhecimento antropológico em educação.

Palavras-chave: Antropologia da Educação, Formação de Professores, Ensino de Antropologia.

Abstract

Teacher training in Brazil is a field in constant dispute, in which some knowledge is valued to the detriment of other. In this paper we sought to discuss about the contribution of anthropology to teacher training, both in the theoretical level, with the discussion on cultural diversity in the school, and in the practical level through the development of ethnographic research. We state that the knowledge produced in anthropological field is crucial for the training of teachers, especially considering the Brazilian reality, marked by profound sociocultural inequality and diversity. We also problematize the formation of those who teach anthropology in teacher training courses, because we understand that this professional should develop his/her teaching practice linked to the production of anthropological knowledge in education.

Key-words: Anthropology of Education, Teacher Training , Teaching Anthropology .

Sobre professores, alunos e outros nativos

Certamente, a imagem que está mais fortemente associada ao fazer antropológico remete ao pesquisador longe de casa, realizando seu trabalho de campo em uma ilha paradisíaca, em um processo tal qual preconizado por Malinowski (1976) em Os Argonautas do Pacífico Ocidental, publicado em 1922. Todavia, as mudanças vivenciadas na ciência antropológica com a constituição de uma antropologia at home (PEIRANO, 2006) trouxe uma série de novas questões e possibilidades de investigação, dentre elas, temos a emergência da escola enquanto locus de estudos dos antropólogos, por mais que devamos ressaltar que o campo da Antropologia da Educação no Brasil ainda está em formação, e começa a tomar visibilidade a partir dos anos 70 do século passado, com os chamados estudos de comunidades, mas que não eram exatamente uma novidade se reconhecemos que, na primeira metade do século XX, vários antropólogos nos Estados Unidos voltaram-se para o debate educacional, com destaque para Franz Boas e Margaret Mead (GUSMÃO, 1997). Nessa mesma direção, devemos chamar a atenção para o fato de que muitas das investigações antropológicas no campo da educação se desenvolveram no rastro das pesquisas com crianças (ROCHA, TOSTA, 2009), o que é bastante significativo para compreendermos os diálogos que vão se constituindo a partir de então entre a Antropologia e a Educação.

Outros dois aspectos que merecem nota são: a) um período da antropologia brasileira geralmente olvidado, que remete ao advento dos gabinetes de Antropologia Pedagógica no começo do século XX, num momento anterior à institucionalização dessa ciência junto aos primeiros cursos de Ciências Sociais no Brasil, que surgem apenas nos anos de 1930 (OLIVEIRA, 2012); b) a fundação do Centro Brasileiro e dos Centros Regionais de Pesquisas Educacionais em 1955 por Anísio Teixeira, que visavam justamente produzir pesquisas nas Ciências Sociais, tendo por objeto de investigação a Educação (FERREIRA, 2008), contando com pesquisadores ilustres como Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro, contudo, tais centros encerram suas atividades nos anos de 1970 sem terem atingido seu objetivo de fato, ou seja, o de consolidar um campo de investigação das Ciências Sociais aplicadas à Educação. Não seria exagero afirmarmos, portanto, que a Antropologia surge no Brasil ligada visceralmente ao campo da Educação. O que podemos observar nesses últimos anos, com o fomento do debate no campo da Antropologia da Educação, é que não se trata de algo novo, mas sim da retomada de uma discussão, ainda que em outro contexto.

Esse olhar construído a partir da interface entre a Antropologia e a Educação produz "novos nativos", agora professores e alunos passam a ser investigados por meio de etnografias. E ainda que se trate de uma realidade próxima, sempre há o desafio de tornar o que nos é familiar em exótico (DAMATTA, 1978), e perceber, no caso da escola, o que está para além dos documentos oficiais que compõem parte desse universo (ROCKWELL, 2009). Arrisco aqui uma primeira afirmação mais enfática pontuando que uma das grandes contribuições que a Antropologia pode trazer para a Educação seria romper com aquilo que Azanha (1992) denominou de "abstracionismo pedagógico", ou seja, questionar os discursos genéricos sobre os agentes que compõem a prática educativa. Parafraseando Mauss, não nos interessa o professor e o aluno em geral, mas sim o professor e o aluno de tal e qual escola.

Antes de avançar no texto, me parece ser importante reafirmar que a Antropologia da Educação ainda é um campo em formação no Brasil, o que em muito se deveu à Reforma Universitária de 1968, que criou as Faculdades de Educação separando-as das demais Ciências Humanas, o que é um movimento importante para a compreenção do parco interesse dos Antropólogos brasileiros pela Educação, tanto que a maior parte daqueles que se envolvem com a temática ou estão fora dos Departamentos de Antropologia/Ciências Sociais, e vinculados institucionalmente às Faculdades/Departamentos/Centros de Educação, ou acabam esbarrando na escola na interface com outros campos de pesquisa, como no caso da Educação Escolar Indígena[3] . Acerca da incipiência da Antropologia da Educação no Brasil, Rocha e Tosta (2009, p. 128) nos apontam que:

> Quando afirmamos essa incipiente e descontínua conversa entre a antropologia e a educação, não podemos deixar de notar que, também, no campo antropológico, pouco se sabe ou se pesquisou sobre a instituição escolar, suas dinâmicas e os demais processos de aprendizagem que ocorrem de forma paralela ou concorrencial a ela.

Tendo em vista tais questões e entendendo a dinâmica própria desse campo, Gusmão (2009, p. 43) indica uma agenda mínima para a Antropologia da Educação no Brasil para os próximos anos:

> – fazer reflexões sistemáticas sobre experiências concretas, a partir do diálogo e vivências compartilhadas;
> – pensar as políticas públicas que se voltam para uma educação diferenciada, destinada a segmentos populacionais tradicionalmente estudados pela antropologia, como por exemplo indígenas e negros;
> – estudar a escola como espaço de convívio e de confronto interétnico e campo de sociabilidade e alteridade, bem como o ambiente social e político em que ela se insere;
> – considerar a diversidade de situações e de concepções divergentes quanto ao que deva ser a escola e o papel que deve representar;
> – pensar a educação em contextos interculturais, que tenham a diversidade como valor e, ainda, que considere o processo intrínseco da experiência social e da vida cotidiana;
> – explicitar uma noção de educação ampla, em que a vivência histórica de relações sociais múltiplas e a reflexão do outro sobre o mundo e sobre si mesmo ocupem um lugar especial;
> – encontrar caminhos para uma educação capaz de despertar e desenvolver a sensibilidade para a diversidade sociocultural e para a alteridade;
> – estabelecer relações teóricas e metodológicas possíveis entre antropologia e educação.

É possível perceber que a questão da diversidade aparece como a forte tônica da agenda proposta por Gusmão, e certamente é a partir dela que a Antropologia se articula,

3 O caso da Educação Escolar Indígena é singular na Antropologia brasileira, tendo em vista que é a área mais explorada por antropólogos quando realizam pesquisas em educação, além de haver toda uma gama de pesquisa que envolve a educação não escolar indígena, representações sociais dos índios em escolas não indígenas etc., também é um tema amplamente discutido na educação, em especial, a partir da lei nº 11.645/08, que institui a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena na Educação Básica.

afinal, como indica Mafra (2007), enquanto a diversidade for uma questão para nós, há um lugar para a Antropologia no mundo, parafraseando a autora, podemos dizer que enquanto a diversidade for uma questão para o campo educacional, haverá uma demanda real, e necessária, da reflexão antropológica, o que envolve tanto espaços escolares como não escolares. Ainda no tocante à questão da diversidade, a constituição de uma Antropologia da Educação não pode perder de vista que

> A atenção e o respeito demonstrados pelo antropólogo às diferenças entre as culturas como àquelas próprias a cada uma constituem o essencial de seu procedimento. Assim, o antropólogo não procura elaborar uma lista de receitas em que cada sociedade irá servir segundo seu estado de espírito toda vez que perceber em seu seio uma imperfeição ou uma lacuna. As fórmulas próprias a cada sociedade não são transponíveis a nenhuma outra.
> O antropólogo apenas convida cada sociedade a não acreditar que suas instituições, seus costumes e suas crenças são os únicos possíveis; ele a dissuade de imaginar que, pelo fato de que os julga bons, essas instituições, esses costumes e crenças estão inscritos na natureza das coisas e que é possível impunemente impô-los a outras sociedades cujo sistema de valores é incompatível com o seu (LEVI-STRAUSS, 2012, p. 37).

Essa premissa geral, que pode e deve ser aplicada a outros campos da Antropologia, toma contornos particulares na Educação, em especial, no Brasil quando consideramos os profundos processos de exclusão social e cultural da realidade escolar, bem como o não reconhecimento dos outros espaços de aprendizagem pela escola, sintetizados na figura dos professores, ainda que não sejam esses os "culpados" pelo cenário existente na educação brasileira.

Isto tudo tem gerado a necessidade de levarmos a discussão da Antropologia para outras áreas do saber, o que se dá muitas vezes de forma problemática, em especial, no seu processo de apropriação pela Educação (VALENTE, 1996), no qual há amiúde uma tentativa de separação entre teoria e método, difundindo-se amplamente a ideia de que em educação se deve realizar estudos "do tipo etnográfico" e não etnografia no seu senso estrito (ANDRÉ, 1995), o que, em nossa interpretação, aponta muito mais para uma imprecisão metodológica (OLIVEIRA, 2013b). Em todo o caso, é inegável a contribuição que a Antropologia traz ao aproximar os pesquisadores do cotidiano escolar (SIROTA, 1994), ainda que essa ultrapasse em muito tal aspecto.

O que me parece ser significativo, enquanto premissa para a construção desse diálogo é o reconhecimento de que escola não é culturalmente neutra (MACEDO, 2010), o que já fora apontado não apenas por antropólogos como por sociológicos, como Bourdieu e Passeron (2008), o que aponta para a demanda de uma reflexão antropológica sobre essa realidade.

Certamente, um ponto que merece destaque é a ampliação do conceito de Educação que a Antropologia traz, ao perceber os processos de ensino e de aprendizagem como algo que ocorre dentro e fora das escolas, mais que isso, essa ciência traz novas indagações para o campo educacional, ao colocar como necessidade o levantamento de questões como "[...] o que significa educar e aprender nos casos que pesquisamos; como se concebe o conhecimento e sua transmissão; quais as modalidades, os lugares e as relações envolvidas nesse processo; como e insere e é inserida nele a criança; e de que criança se trata" (COHN, 2005, p. 36-37).

O antropólogo, ao levantar questões que aparentemente não teriam nenhuma relevância para outros pesquisadores, produzi novos olhares para a compreensão dos professores, alunos e demais agentes sociais e elementos envolvidos na prática educativa. No trabalho de Quintella (1984), por exemplo, é problematizado como mães e professoras possuem perspectivas distintas sobre a escola, o que poderia tender num primeiro momento para olhares e expectativas convergentes, mas a autora aponta justamente para a complexidade que envolve a percepção da escola por parte de sujeitos posicionados distintamente em relação a esse espaço.

Indagar sobre o lugar da Antropologia na Educação não é uma questão simples de ser respondida, contudo, busco articulá-la ao longo desse texto pensando essa contribuição ligada à formação docente, pois esse tem sido um lugar privilegiado para o desenvolvimento da Antropologia da Educação, em especial, junto aos cursos de Pedagogia, ainda que não se trate de um diálogo fácil (GUSMÃO, 2006).

Problemas pedagógicos e problemas antropológicos

Para ajudar na reflexão que pretendo desenvolver, recorro a um fato que aconteceu comigo durante um curso de formação de professores no interior de Alagoas, nordeste do Brasil, tratava-se do encontro da disciplina Fundamentos Antropológicos da Educação no curso semipresencial de Pedagogia, da Universidade Federal de Alagoas. O público era formado predominantemente por professoras (que chamaremos aqui de alunas-professoras) que já lecionavam há anos, algumas há mais de trinta, porém não possuíam curso superior, em sua maioria, fizeram o chamado Magistério, ou seja, um curso de formação docente de nível médio. Pois bem, tratava-se aqui de uma aula longa, bastante cansativa, pois como era o único encontro presencial, deveria durar toda a manhã e toda a tarde.

Apesar de a Antropologia ser uma disciplina basicamente teórica nesse curso, e remeter a uma série de conceitos e autores desconhecidos em princípio por esses alunos, eles pareciam bastantes interessados e conseguiam relacionar os temas discutidos com seu cotidiano nas escolas. Já pelo turno da tarde, aconteceu algo que certamente marcou meu percurso no campo da Antropologia da Educação.

Uma aluna-professora negra, aparentando ter entre 35 e 40 anos, que já lecionava há mais de 15 anos, narrou a seguinte situação: um dia na educação infantil os alunos estavam desenhando e, dentre as várias coisas que desenhavam, havia figuras humanas; um dos alunos realizou a seguinte pergunta: "Tia, eu pinto de que cor os bonequinhos?", e eis que ela prontamente respondeu: "Pinte cor de pele". A aluna-professora estava espantada, pois, naquele nosso encontro, ela havia percebido algo sobre suas aulas, essas que ela praticava há mais de 15 anos, que lhe fez repensá-las a partir do olhar lançado pela Antropologia.

Para tal feito, a mobilização dos conceitos de Cultura, Etnocentrismo e Relativismo foram fundamentais, em verdade, esses tendem a ser os que os alunos melhor usam e com os quais conseguem realizar mais conexões com sua própria prática. Nesse sentido, ao pensarmos o lugar da Antropologia nesses cursos de formação docente, precisamos reconhecer que:

> O conhecimento antropológico permite ao docente em

> formação desnaturalizar a realidade social, ao questionar as formas estáticas de compreensão da dinâmica cultural, ao mesmo tempo em que permite que eles possam também familiarizar o que lhes parece estranho, por meio do relativismo cultural. Leva ainda tais educandos a questionar a suposta "neutralidade cultural" da escola, demarcando uma postura crítica com relação aos discursos produzidos em torno desta suposta neutralidade, subsidiando o educador em formação para a desconstrução de tal concepção, o que só é possível quando compreendemos a cultura uma perspectiva plural e polifônica (OLIVEIRA, 2012, p. 128).

Em todo o caso, parece-me claro que a simples presença da Antropologia enquanto disciplina acadêmica não resolve o problema, o de que precisamos é compreender o lugar dessa ciência nesse contexto, para tanto, precisamos entender o que nos é narrado por essa aluna-professora.

Falar sobre "cor de pele" no universo infantil, em um país como o nosso, o que realmente quer dizer? Ao indagá-la qual a cor que ela tinha em mente quando pediu isso a seus alunos, ela me respondeu "um rosa bem clarinho". Ora, o dilema com que nos defrontamos nesse momento não é algo que poderíamos reduzir a uma dimensão pedagógica no sentido mais ralo do termo, em nossa compreensão, tendemos a percebê-lo como uma questão cultural, afinal, não há como pensar uma prática educativa "desculturalizada" (CANDAU, 2010). Logo, estávamos diante de um problema antropológico posto, e não sendo "simplesmente uma questão pedagógica", não pode ser resolvido com "uma didática" mais adequada. Tal situação traz à tona a seguinte questão: o que se passa na escola se liga diretamente aos dilemas culturais mais amplos de nossa sociedade, destacando-se questões como o racismo e o sexismo, e assim devem ser interpretados, enquanto dilemas culturais.

Tal como Dauster (2007), acredito que a Antropologia pode contribuir significativamente para a prática docente, ao lançar como desafio para os professores a possibilidade de perceberem como muitas vezes o etnocentrismo encontra-se incrustado em seu cotidiano, mais ainda, em seu fazer pedagógico. Há uma ampla literatura consolidada, principalmente no campo da Sociologia da Educação, que indica como a escola contribui para o aprofundamento das desigualdades sociais (FORQUIN, 1995), e se isso se dá de forma direta e indireta por meio da prática dos professores. Não queremos com isso criar um discurso "culpabilizador" sobre a prática docente, tampouco "desculpabilizá-los", mas sim chamar a atenção para o fato de que essas desigualdades são também culturais, e que são produzidas, dentre outros meios, ao construirmos uma realidade pedagógica que mata culturalmente o educando, homogeneizando os agentes sociais que estão presentes na escola, ou em outros espaços educativos.

Como indica Sarmento (2011, p. 588), a criança desaparece ante a escola, restando-lhe apenas o aluno, destituído de toda a sua bagagem cultural. Nas palavras só autor

> De algum modo, perante a instituição, a criança "morre", enquanto sujeito concreto, com saberes e emoções, aspirações, sentimentos e vontades próprias, para dar lugar ao aprendiz, destinatário da acção adulta, agente de comportamentos prescritos, pelo qual é avaliado, premiado ou sancionado. A escola criou uma relação particular com o saber, uniformizando o modo de aquisição e transmissão do conhecimento, para além de toda a diferença individual, de classe ou de pertença cultural.

Essas questões parecem despercebidas pelas demais "ciências da educação", ou simplesmente são compreendidas como algo que pode ser solucionado de forma aligeirada por meio de outra "metodologia", ou simplesmente repreendendo o comportamento dos alunos, por meio de castigos diversos, o que certamente não é o caso, tendo em vista a profundidade da questão.

Não se trata apenas de "dar aulas diferentes", mas sim de produzir um giro cognitivo nos agentes envolvidos na prática educativa, o que pode se operar por meio de uma tarefa recorrente na Antropologia, que é a possibilidade de ligar fatos aparentemente singulares, sem conexão entre si, a questões mais amplas e gerais, pois, como nos aponta Geertz (1989, p. 17), "Fatos pequenos podem relacionar-se a grandes temas, as piscadelas à epistemologia, ou incursões aos carneiros à revolução, por que eles são levados a isso", ou seja, o que ocorre na escola, por exemplo, se liga a questões mais amplas de nossa sociedade, e isso deve ficar claro no processo de formação de professores.

O espanto da aluna-professora, ao olhar retrospectivamente para sua própria prática, indica o que a Antropologia é capaz de causar, todavia, não queremos apontar para fórmulas prontas, tendo em vista que em cada contexto social e cultural no qual se inserem os professores, a escola, os alunos, há caminhos distintos para se problematizar e desnaturalizar a realidade encontrada. Para Pimentel (2012, p. 52), o ensino de Antropologia se faz relevante tendo em vista que "[…] desde a chegada de outros povos ao nosso país, conflitos culturais (e seus trágicos desdobramentos) produzem graves problemas educacionais com os quais lidamos hoje".

Ao romper com o "abstracionismo pedagógico", a Antropologia chama a atenção para que os professores saibam quem são seus alunos, não por meio de informações genéricas, mas sim voltando seu olhar para suas trajetórias, histórias e vidas, pertencimentos etc. A aluna-professora, à qual fazemos referência aqui, ainda demonstrou surpresa ao revisitar sua prática pedagógica pelo fato de "ser preta", assim como os seus alunos, segundo o seu relato.

Obviamente que o fato de serem pretos, seus alunos e ela mesma, era algo conhecido pela aluna-professora, contudo, até então, esse fato não lhe parecia ser algo relevante para a formulação de suas aulas. A Antropologia convida-nos para olhar a realidade educacional em sua totalidade, olhar para os alunos e professores reais, em toda sua inteireza, encarando tais agentes não apenas enquanto "um problema pedagógico" a se resolver, mas sim como sujeitos culturalmente situados. Como costumo dizer em minhas aulas, a Antropologia os leva a ver o que sempre viram em sala de aula, contudo, passarão a enxergar outros elementos.

Etnografia pode contribuir para a educação?

Um dos pontos de maior tensão no diálogo entre a Antropologia e a Educação se dá no processo de apropriação da etnografia, tendo em vista que há uma recorrente ampliação da utilização dessa na pesquisa educacional, o que pode ser percebido considerando publicações recentes, elaboradas tanto por profissionais com a formação em Antropologia (DAUSTER, TOSTA, ROCHA, 2012), como fora dela (MATTOS, FONTOURA, 2009), bem como por meio de balanços realizados (GARCIA, 2001; LIMA, 2001), que apontam que a etnografia encontra-se amplamente difundida nas pesquisas realizadas nos Programas de Pós-Graduação

em Educação no Brasil.

Esse é um processo que merece um exame cuidadoso por parte dos antropólogos, tendo em vista a apropriação muitas vezes realizada sem a devida articulação entre a teoria e o método (VALENTE, 1996; OLIVEIRA, 2013b), e sem a preocupação de ligar os fatos singulares encontrados no trabalho de campo com a dimensão da totalidade, fundamental para a descrição etnográfica (LAPLANTINE, 2011).

Conforme já indicado, há uma perspectiva amplamente difundida na educação na qual se afirma que não é possível realizar pesquisas etnográficas em escola, mas sim, apenas trabalhos "do tipo etnográfico" (ANDRÉ, 1995), muitas vezes, também chamados de "inspiração etnográfica", "de cunho etnográfico" etc., o que vai na contramão de uma série de autores (MEAD, 1955; WOODS 1999; OLIVEIRA, 2013b) que afirmam a etnografia como uma possibilidade real e válida de investigar a realidade educacional.

Essa visão argumenta que tal impossibilidade se deve ao fato de que não podemos realizar pesquisas tal como "são realizadas pelos antropólogos",o que incluiria viver com os nativos por um longo período de tempo, aprender outra língua etc. O que é olvidado nessa argumentação é toda mudança que ocorreu na Antropologia desde Malinowski, afinal, utilizar tais critérios como instrumentos de validade ou não de uma pesquisa como etnográfica relegaria toda a Antropologia Urbana a um status de "não etnográfica", de forma simples e automática.

Acredito que não apenas seja possível realizar etnografias no âmbito da educação, estejamos ou não nos referindo a espaços escolares, como que a etnografia pode trazer importantes questões para a educação, levando os pesquisadores ao encontro dos agentes reais que vivenciam o ensino e a aprendizagem em suas múltiplas formas.

A experiência da etnografia possibilita a construção de um texto essencialmente polifônico (CLIFFORD, 2011), e que, portanto, traz à tona as questões, dilemas, e problemáticas elaboradas a partir do encontro etnográfico vivenciado entre o nativo e o pesquisador (OLIVEIRA, 2006). O processo de pesquisa em nossas próprias sociedades apresenta problemáticas sui generis em termos metodológicos, uma vez que a proximidade é sempre um desafio (VELHO, 2003), contudo, gostaria de ressaltar que apesar do fato de que para chegarmos a uma carreira acadêmica temos que possuir toda uma vivência escolar anterior, isso não significa que apenas pelo fato de as escolas nos serem um ambiente familiar isso implique em conhecermos essa realidade, muito pelo contrário, tendemos a produzir visões naturalizadas, cristalizadas e tidas como dadas, no caso de professores que já lecionam e buscam um curso superior isso ainda é mais emblemático, pois, possuem muitas vezes visões negativas sobre a escola, o trabalho docente, seus alunos, a avaliação etc..

Acredito que a prática etnográfica possa trazer uma significativa contribuição não apenas para a pesquisa educacional, no sentido de lançar novos olhares sobre questões recorrentes nesse campo, como evasão, avaliação, formação de professores, educação em espaços não formais, cultura escolar etc., como também deve ser pensada como elemento relevante na formação docente, no sentido de trazer ganhos em termos de elementos que possam embasar a prática pedagógica. Como aponta Krawczyk (2011), os professores normalmente conhecem muito pouco da vida de seus alunos, e tendem a se limitar à diferenciação, por vezes estereotipada, entre os alunos do curso diurno e noturno. Isso indica que apenas conviver "com os nativos" não nos leva a conhecê-los, para essa realidade, a etnografia pode ser pensada como uma possibilidade para se conhecer mais dos alunos, percebê-los enquanto agentes ativos que atuam na construção no que ocorre em sala de aula.

Aqueles que se voltam exclusivamente para os ambientes escolares devem ter em mente também que as pesquisas ali desenvolvidas envolvem mais que os sujeitos imediatamente observáveis, os gestores escolar e a família do aluno não são apenas importantes no sentido de poderem trazer dados, mas também deve-se ter em mente que o consentimento deles para que a pesquisa ocorra é fundamental, portanto, o clássico processo de aceitação do antropólogo por parte dos nativos aqui torna-se mais complexo, como podemos perceber por meio do relato de Eugênio (2003, p. 216-217):

> Se, entre as professoras, minha aceitação não foi imediata, deu-se o oposto com as crianças. A receptividade delas me surpreendeu. […] A receptividade que marcou minha relação com as crianças cedeu lugar ao clima oposto em minha relação com as mães. A desconfiança, aqui, não foi passageira, como a das tias comigo. Em meu contato com as mães, se manteve sempre algum grau de tensão – em parte, talvez, por serem todas elas "videntes" e, portanto, perceberem minha postura de "observadora em tempo integral", de caderno em punho, fosse qual fosse a atividade paralela que me incumbissem.

Corsaro (2005) destaca, no caso daqueles que pesquisam crianças, a relevância de ser aceito por elas, e de como isso não é uma atividade simples, normalmente, havendo a necessidade de o pesquisador lançar mão de uma ampla gama de recursos metodológicos para conseguir obter resultados, bem como de tatear em seu campo em busca de uma interação mais efetiva com seus "nativos", buscando compreender a cultura própria das crianças.

Em termos mais objetivos, o que almejo destacar neste tópico é que a etnografia pode contribuir para a educação principalmente em dois aspectos, em minha interpretação: a) na produção do conhecimento por meio da pesquisa educacional, lançando novos olhares e ampliando as possibilidades metodológicas utilizadas nesse campo; b) na formação docente, compreendendo a etnografia como um elemento de constituição do professor, levando-o a conhecer mais enfaticamente a realidade dos agentes com os quais ele convive em sua prática profissional, atual ou futura.

O ensino de antropologia e a formação de professores

Como já apontei, no início do século passado, a Antropologia estava presente nos cursos de formação docente nas chamadas Escolas Normais onde havia a disciplina Antropologia Pedagógica, que muitas vezes contava com um Laboratório associado à Psicologia (OLIVEIRA, 2013a). Muita mudança ocorreu do começo do século XX para o XXI, se esses laboratórios estavam vinculados principalmente a uma psicologia experimental e à antropologia física, nesse momento, temos um cenário no qual o ensino de Antropologia é predominantemente representado pela Antropologia Cultural e Social, além de termos, também nesse momento, um universo de pesquisa consolidado, que se solidificou em especial a partir dos anos de 1970 com o advento das pós-graduações no modelo que as conhecemos atualmente.

Apesar dessa tradição do ensino de Antropologia voltada para a formação de educadores, que assume as mais

diversas denominações, como Antropologia da Educação, Antropologia e Educação, Fundamentos Antropológicos da Educação etc., o ensino dessa ciência com essa finalidade se restringe atualmente aos cursos de Pedagogia, ainda que pontualmente apareça como disciplina optativa em outras licenciaturas, e mais raramente como disciplina obrigatória na formação dos licenciados em Ciências Sociais. Seja no levantamento realizado por Sartori (2010), com relação aos cursos de pedagogia na região sul do país, seja em outro voltado para a realidade desses mesmos cursos no nordeste (OLIVEIRA, 2012), o que podemos perceber é uma presença significativa da Antropologia na Pedagogia, o que indica o reconhecimento de que tal ciência pode colaborar para a formação docente. Em todo o caso, vale ressaltar que muitas vezes o responsável pela disciplina não é um profissional com formação no campo das Ciências Sociais, ou mesmo com experiência de trabalho de campo desenvolvido na interface entre a Antropologia e a Educação, o que se mostra bastante problemático, tendo em vista que

> Para além da questão dos títulos universitários exigidos para a docência (em geral, doutorado ou trabalho de nível equivalente), ninguém deveria pretender ensinar antropologia sem ter realizado ao menos uma pesquisa considerável de campo. […] Convém acabar, de uma vez por todas, com a ilusão de que se pode ensinar a antropologia no gabinete, com o auxílio de uma edição completa (mas comumente, uma resumida) do Ramo de outro ou outras compilações. Aos que por ventura invocassem, contra essa cláusula, o caso de especialistas ilustres que jamais foram a campo (afinal, Sir James Frazer respondia aos que lhe faziam essa pergunta: "Deus me livre!"...), lembraremos que Lévy-Bruhl, por exemplo, jamais ocupou uma cadeira de antropologia ou com título equivalente (não existia nenhuma nas universidades francesas em sua época), e sim uma cadeira de filosofia. Nada impede que, no futuro, sejam atribuídas a teóricos puros cadeiras pertencentes a disciplinas vizinhas da antropologia, como história das religiões, sociologia comparada ou outras. Mas o ensino da antropologia deve ser reservado às testemunhas. Tal atitude nada tem de audaciosa. Na verdade é respeitada de fato (embora nem sempre de direito) em todos os países em que a antropologia atingiu certo desenvolvimento (LEVI-STRAUSS, 2008, p. 395-396).

Considerando tais ponderações, afirmo que o ensino da Antropologia da Educação deve ser realizado por aqueles que são "testemunhas" nesse campo particular, ou seja, o ensino da Antropologia da Educação deve estar articulado à produção do conhecimento antropológico em educação, que deve se vincular também ao trabalho de orientação em nível de graduação e pós-graduação em Educação, bem como em Ciências Sociais/Antropologia, o que se coloca como um processo consideravelmente desafiador, que não se resume em definir o perfil acadêmico em termos de formação do profissional que assumirá tal tarefa.

Infelizmente, a presença da Antropologia nos cursos de Pedagogia é bastante pontual, normalmente se restringe a uma única disciplina, que acaba ocupando o lugar tanto de uma "Introdução à Antropologia", onde devem ser apresentados seu objeto, método, principais categorias e escolas teóricas etc., como também desenvolver uma articulação com a educação, lançando um novo olhar no exame dessa realidade, em especial a escolar.

Apesar do fascínio que a disciplina é capaz de despertar entre os alunos, são visíveis as dificuldades existentes no processo de assimilação das leituras, da linguagem dos autores, e na forma de utilização do próprio arcabouço que a disciplina traz. Nesse sentido, devemos reconhecer que não há apenas a necessidade do aluno em assimilar outra linguagem, outro universo teórico, mas também do professor em dialogar verdadeiramente com os autores próprios do campo da Educação, a fim de construir pontes que possam ligá-lo a seus alunos, visando à produção do conhecimento antropológico em educação.

Parece-me que o desafio hoje vai para além da tentativa de termos bons antropólogos junto às Faculdades de Educação lecionando Antropologia, e mais que isso, produzindo conhecimento antropológico em educação, a questão que soa ainda mais desafiadora é a necessidade de que a Educação ganhe o devido status acadêmico junto aos antropólogos vinculados institucionalmente aos Departamentos e Programas de Ciências Sociais/Antropologia, o que, no meu entender, deve ser acompanhado de um incremento na produção acadêmica nessa área, não apenas junto a periódicos e eventos de Educação, como tem ocorrido predominantemente, e da tentativa de articular de uma rede de pesquisadores que interesses convergentes.

Considerações finais

Busquei no decorrer deste trabalho realizar uma breve reflexão sobre a interface entre a Antropologia e a Educação, destacando as possíveis contribuições daquela para esta, em especial no que tange aos cursos de formação de professores. Inegavelmente, há, nesse momento, uma maior aproximação por parte dos educadores com relação à antropologia do que dos antropólogos com relação à educação, o que se deve por questões históricas que tangenciam a formação da Antropologia enquanto campo científico no Brasil, todavia, podemos observar que esse não é um movimento linear, tampouco estático.

O desenvolvimento de uma série de ações que emanam do Estado na direção de discutir a diversidade cultural no campo educacional tem chamado os antropólogos para se posicionar no debate, o que possui implicações significativas para o desenvolvimento da Antropologia da Educação no Brasil. No que diz respeito à legislação educacional, desde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, a cultura e a diversidade cultural ocupam um espaço privilegiado (VALENTE, 2003), e, de forma ainda mais contundente, a partir dos anos 2000, outras ações foram elaboradas nessa mesma direção como o advento da lei nº 10.639/03[4] , a criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI)[5] em 2004, a elaboração da lei nº 11.645/08[6] , a criação e expansão das ações afirmativas.

4 Esta lei altera a LDB e institui a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira na Educação Básica.

5 Segundo o site do MEC, "A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) em articulação com os sistemas de ensino implementa políticas educacionais nas áreas de alfabetização e educação de jovens e adultos, educação ambiental, educação em direitos humanos, educação especial, do campo, escolar indígena, quilombola e educação para as relações étnico-raciais. O objetivo da SECADI é contribuir para o desenvolvimento inclusivo dos sistemas de ensino, voltado a valorização das diferenças e da diversidade, a promoção da educação inclusiva, dos direitos humanos e da sustentabilidade sócio-ambiental visando a efetivação de políticas públicas transversais e interssetoriais."

6 Essa lei altera a LDB, já modificada pela lei nº 10.639/03, incluindo, além da questão da História e Cultura Afro-Brasileira, também a indígena, enquanto conteúdo programático que deve ser lecionado na Educação Básica.

Tais acontecimentos têm colocado no debate público diversos temas sobre os quais a Antropologia tem se debruçado historicamente, o que, por consequência, tem ensejado uma série de pesquisas desenvolvidas na interface entre a Antropologia e a Educação, tanto junto a Programas de Pós-Graduação em Educação, como também, ainda que em menor grau, junto a Programas de Pós-Graduação em Antropologia.

Acredito que há uma contribuição real que os antropólogos têm a trazer para a Educação. Creio que a Antropologia ainda tem muito a dizer sobre práticas escolares, formação de professores, cultura escolar, processos de aprendizagem etc., nesse mundo, por excelência, plural. Ainda há muito que os professores têm a aprender com os antropólogos, e vice-versa.

Referências

ANDRÉ, Marli. **Etnografia da Prática Escolar.** Campinas: Papirus: 1995.

AZANHA, José Mário Pires. **Uma ideia de pesquisa educacional**. São Paulo: Edusp, 1992.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A Reprodução**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BRASIL. **Lei nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências . **Diário Oficial da União**, Brasília, 10 de janeiro 2003.

BRASIL. **Lei nº 11.648 de 10 de março de 2008**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. . Diário Oficial da União, Brasília, 10 de janeiro 2003. **Diário Oficial da União**, Brasília, 11 de março de 2008.

CANDAU, Vera Maria. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. In: MOREIRA, Antônio Flávio; CANDAU, Vera Maria (orgs.). **Multiculturalismo**: diferenças culturais e práticas pedagógicas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. p. 13-37.

CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica**: antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

COHN, Clarice. **Antropologia da Criança**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CORSARO, William. Entrada no campo, aceitação e natureza da participação nos estudos etnográficos com crianças pequenas. **Educ. Soc**., vol.26, no.91, p.443-464. 2005.

DAMATTA, Roberto. O ofício do etnólogo, ou como ter 'Anthropological Blues'. In: NUNES, Edson de Oliveira (org.) **A aventura sociológica**: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. p. 23-35.

DAUSTER, Tânia. Um saber de fronteira – entre a antropologia e a educação. In: DAUSTER, Tânia. (org.) **Antropologia e educação**: um saber de fronteira. Rio de Janeiro: Forma & Ação, 2007. p. 13-35.

DAUSTER, Tãnia; TOSTA, Sandra; ROCHA, Gilmar (orgs.) **Etnografia e Educação**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2012.

EUGENIO, Fernanda. De como olhar onde não se vê: ser antropóloga e ser tia em uma escola especializada para crianças cegas. In: VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina (orgs.). **Pesquisas urbanas**: desafios do trabalho antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003. p. 208-220.

FORQUIN, Jean-Claude. Sociologia das desigualdades de acesso à educação: principais orientações, principais resultados desde 1965. In: FORQUIN, Jean-Claude (org.) **Sociologia da educação**: dez anos de pesquisas. Petrópolis: Vozes, 1995. p.19-78.

GUSMÃO, Neusa Maria M. Antropologia e educação: origens de um diálogo. **Cadernos CEDES**, v. 18, nº 43, p. 8-25, 1997.

GUSMÃO, Neusa Maria M. Antropologia e Educação: história e trajetos / Faculdade de Educação - Unicamp. In: GROSSI, Mirian Pillar; TASSINARI, Antonella; RIAL, Carmen. (Org.). **Ensino de Antropologia no Brasil**: formação, práticas disciplinares e além-fronteiras. Blumenau: Nova Letra, 2006. , p. 299-331.

GUSMÃO, Neusa Maria M. Entrelugares: antropologia e educação no Brasil. **Revista Educação** v. 34, n1, p. 29-46, 2009.

GARCIA, T. M. F. B. **Origens e questões da etnografia educacional no Brasil**: um balanço de teses e dissertações (1981-1998). 2001. 308 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação., Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

KRAWCZYK, Nora. Reflexão sobre alguns desafios do ensino médio no Brasil hoje. **Cad. Pesqui**., vol.41, no.144, p.752-769, 2011.

LAPLANTINE, François. **La description ethnographique.** Paris: Armand Colin, 2011.

LEVI-STRAUSS, Claude. **A Antropologia diante dos Problemas do Mundo Moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LEVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia Estrutural**. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

LIMA, P. G. **Tendências Paradigmáticas na Pesquisa Educacional**. 2001. 301 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

MACEDO, Elizabeth. **A Cultura e a Escola.** In: MISKOLCI, Richard (org.) **Marcas da Diferença no Ensino Escolar**. São Carlos: EdUFSCar, 2010, p. 11-43.

MAFRA, Clara. "Um mundo sem antropologia". **Antropolítica**, v. 22, p. 151-167, 2007.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Os Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, 1976.

MATTOS, Carmen Lúcia Guimarães; FONTOURA, Helena Amaral da. (orgs.). **Etnografia e Educação**: relatos de pesquisa. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2009.

MEAD, Margaret. The anthropologist in the school as a field. In: SPINDLER, George(org.) **Education and Anthropology**. Stanford: Stanford University Press, 271-280.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>. Acesso em: 3 set. 2013.

OLIVEIRA, Amurabi. Antropologia e Antropólogos, Educação e Educadores: O lugar do ensino de Antropologia na formação docente. **Percursos**, v. 13, n 1, p. 120-132, 2012.

OLIVEIRA, Amurabi. O lugar da antropologia na formação docente: um olhar a partir das escolas normais. **Pro-Posições**, vol 24, nº 2, p. 27-40, 2013a.

OLIVEIRA, Amurabi. **Por que etnografia no sentido estrito e não estudos do tipo etnográfico em educação?**. **Revista FAEEBA**, p. 69-82, vol.22, nº 40, 2013b.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O Trabalho do Antropólogo**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

PEIRANO, Mariza. **A Teoria Vivida**: e outros ensaios de antropologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

PIMENTEL, Álamo. Às voltas com a produção humana do conhecimento. In: PIMENTEL, Álamo; CUNHA, Maria Couto (orgs.) **Palavras entre cruzadas**: escritos de formação de professores. Salvador: Edufba, 2012. p. 49-67.

QUINTELLA, Maria Madalena Diégues. Mães e Professoras: múltiplas visões sobre educação. In: ROCHA, Everardo (org.) **Testemunha Ocular**. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 61-80;

ROCHA, Gilmar; TOSTA, Sandra Pereira. **Antropologia & Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

ROCKWELL, Elisie. **La experiencia etnografica**. Buenos Aires: Paidós, 2009.

SARMENTO, Manuel. A Reinvenção do Ofício de Criança e de Aluno. **Atos de Pesquisa em Educação**, vol 6, nº 3, p. 581-602. 2011.

SARTORI, Ari José. O ensino da antropologia para quem não vai ser antropólogo: programas e currículos na Região Sul. In: **27a. RBA - Reunião Brasileira de Antropologia**, 2010, Belém - PA. Brasil Plural: Conhecimentos, Saberes Tradicionais e Direitos à Diversidade. São Paulo: ABA, 2010.

SIROTA, Régine. **A escola primária no cotidiano**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

VALENTE, Ana Lúcia E. F. Conhecimentos antropológicos nos parâmetros curriculares nacionais: para uma discussão sobre a pluralidade cultural. In: GUSMÃO, Neusa (org.) **Diversidade, cultura e educação**: olhares cruzados. São Paulo: Biruta, 2003, 17-46

VALENTE, Ana Lúcia E. F. Usos e Abusos da Antropologia na Pesquisa Educacional. **Pro-Posições**, v. 7, n.20, p. 54-64, 1996.

VELHO, Gilberto. O Desafio da Proximidade. In: VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina (orgs.). **Pesquisas Urbanas**: Desafios do Trabalho Antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003. p. 11-19.

WOODS, Peter. **Investigar a Arte de Ensinar**. Porto: Porto Editora, 1999.

Sobre o autor

Amurabi Oliveira
Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco, professor da Universidade Federal de Santa Catarina e colaborador do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas atuante na interface entre as Ciências Sociais e a Educação, professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFAL e líder do grupo de pesquisa "Educação & Ciências Sociais", publicou recentemente O lugar da Antropologia na formação docente: um olhar a partir das escolas normais na revista Pró-Posições (2013), A Escola, Nós e os Outros: Diferença e Alteridade na Realidade Escolar em Cadernos Pagu (2013) e Antropologia e Antropólogos, Educação e Educadores: O lugar do ensino de Antropologia na formação docente na revista Percursos (2012). Atualmente coordena a pesquisa: Diversidade, Alteridade e Educação: Um olhar etnográfico sobre a escola. E-mail: amurabi_cs@hotmail.com. Endereço para correspondência: Rua Senador Rui Palmeira, nº 260, ap. 704, Ponta Verde, Maceió – AL. CEP: 57035-250.

Recebido em: 26/10/2013

Aceito para publicação em: 06/03/2014